

## Por uma gestão verdadeiramente democrática!

Desde início de Dezembro um assunto tem chamado a nossa atenção, tem sido motivo de discussão acesa e tem sido alvo de decisões tomadas pelos estudantes em reuniões de massas: esse assunto é, como todos nós sabemos, o decreto-lei do MEC sobre a gestão das escolas.

Este decreto-lei não aparece por acaso e é necessária a compreensão política das razões porque surge e qual o seu verdadeiro significado, pois só assim os estudantes poderão tomar uma atitude firme e consciente face ao decreto.

### GESTÃO DEMOCRÁTICA NA SOCIEDADE CAPITALISTA?

Numa sociedade em que continua a haver exploração do homem pelo homem e em que a burguesia continua a dominar o aparelho de Estado, essa burguesia necessita de exercer um apertado controle sobre o ensino de forma a que este continue a veicular a sua ideologia, de forma perpetuar o seu domínio sobre as massas exploradas.

O 25 de Abril não acabou com a exploração do homem pelo homem, não acabou com a sociedade capitalista, antes pelo contrário, o 25 de Abril surge como uma tentativa da burguesia para ultrapassar a grave crise económica que atravessa devido à perda das colónias e à crescente luta do povo português contra a exploração.

No entanto, apesar da "gestão democrática" numa sociedade capitalista ser um logro, uma burla, que não poderá resolver os problemas fundamentais do ensino pois este está ao serviço de uma classe (a burguesia) e esta não permitirá que o seu domínio seja posto em causa, achamos que, neste momento, se deve participar na gestão democrática da nossa Escola.

### GESTÃO DEMOCRÁTICA NA UNIVERSIDADE POPULAR

Só um Governo Popular dos Operários e Camponeses poderá resolver as contradições de uma sociedade capitalista pois só ele poderá dar o golpe decisivo no capitalismo e assentar as bases da propriedade socialista, tomando como medidas: a) nacionalização de toda a propriedade da grande burguesia e do imperialismo; b) estabelecimento do controle de Estado sobre todas as empresas capitalistas não expropriadas; c) confiscação de toda a terra que não pertença ao campesinato em proveito das famílias camponesas; d) criação de um forte sector de Estado na agricultura.

Só um Governo Popular poderá por o ensino ao serviço das massas populares exercendo para tal um apertado controle de Estado sobre o ensino, fazendo com que este veicule a ideologia do proletariado e não a da burguesia.

### ENTÃO PORQUE PARTICIPAR NA GESTÃO?

Em primeiro lugar com o 25 de Abril e a instauração de certas liberdades democráticas vimos, pela primeira vez, a possibilidade de participar activamente na gestão da Escola, o que constitui um inegável progresso em relação ao que se verificava durante o fascismo em que o autoritarismo dos professores se aliava a uma violenta repressão.

Por outro lado a participação na gestão democrática da Escola possibilita-nos um combate mais eficaz contra o ensino acrítico, reaccionário, que a burguesia tenta impôr para a formação de quadros dóceis que a sirvam fielmente.

Com o derrube da ditadura fascista espalhou-se um grande nº de ilusões e, hoje, grande parte dos estudantes acredita no "jogo democrático" que nos oferecem; não devemos, pois, ficar de fora a gesticular mas demonstrar na prática concreta que, numa sociedade capitalista, a gestão (cogestão ou autogestão) por muito democrática que seja não poderá resolver os problemas fundamentais do ensino.

Foi assim que os estudantes impuseram órgãos de gestão democrática, com algumas variações de escola para escola, de forma a assegurar a "participação de todos" e a defesa dos seus interesses.

Verificou-se que algumas das decisões então tomadas nas Escolas não foram do agrado do MEC, como processos de avaliação de conhecimentos e de classificação e este tenta, agora, com o decreto-lei sobre gestão dos estabelecimentos de ensino superior, com uma fraseologia "democrática", retomar o controle das Escolas que, por momentos, lhe tinha escapado das mãos. Assim, diz por um lado que a Assembleia Geral de Escola (AGE) é o órgão deliberativo máximo da Escola sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos expressos mas, por outro lado, permite que cada sector tenha o direito de vetar as decisões democraticamente tomadas pela maioria e, mais ainda, permite que o Conselho de Gestão não cumpra o que os elementos da Escola decidem bastando-lhe, para tal, justificá-lo superiormente!

O que é que o MEC pretende com isto? Pretende, como já mostrámos atrás, controlar por meio de estruturas de cúpula (neste caso o Conselho de Gestão) o funcionamento da Escola de modo a assegurar que se faça segundo os moldes "superiormente definidos". Por outro lado, vemos que ao pessoal técnico só é atribuído 1/4 (ou menos!) do nº total dos membros do Conselho de Gestão ao contrário do que até aqui se verificava em que o Conselho de Gestão era de constituição paritária.

#### FACE A ISTO QUAL DEVE SER A NOSSA POSIÇÃO?

Devemos recusar firmemente, como já fizeram os nossos colegas do Técnico, o decreto-lei do MEC pelas medidas perfeitamente antidemocráticas que encerra; devemos, simultaneamente, impor um funcionamento o mais amplamente democrático possível das estruturas dirigentes da nossa Escola, única garantia que temos que, ao elegermos os nossos representantes não estamos a colaborar numa estrutura que depressa se poderia virar contra nós.

28-1-75

COMISSÕES ESTUDANTIS DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA  
(C.E.U.R.) DE MEDICINA

